



AEPET com parlamentares para negociar a greve

O impasse na negociação entre a Petrobrás e os petroleiros durante o período de greve, agravado com a decisão final do Tribunal Superior do Trabalho, levou a Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) a tentar junto ao Congresso Nacional chegar a uma negociação. A entidade não esteve sozinha neste propósito, trabalhando todo o tempo junto com representantes dos Sindicatos e do Comando Nacional dos Petroleiros.

Após uma série de visitas aos parlamentares e reuniões com lideranças partidárias na Câmara dos Deputados e no Senado Federal foi marcada uma audiência com o ex-ministro da Infra-Estrutura Ozires Silva, que recebeu apenas a Comissão de Parlamentares sem a presença dos trabalhadores. Sem qualquer avanço para uma negociação, foi realizada uma segunda reunião desta vez com o ministro Jarbas Passarinho. O impasse prosseguiu.

A AEPET e os representantes dos Sindicatos e do Comando Nacional dos Petroleiros continuaram tentando negociar. Uma terceira reunião de novo com o ex-ministro Ozires Silva, estabeleceu o compromisso de negociação após o retorno dos petroleiros e funcionários da Petrobrás ao trabalho.



PARTICIPANTES

Wellington Torres Jansen — (AEPET-BA)

Sidney Granja Affonso — (AEPET-SP)

Heitor Pinto Hugo — (AEPET-RS)

Carlos Augusto Brandão — (AEPET-RJ)

Heitor Manoel Pereira — (AEPET-RJ)

A AEPET trabalhou todo o tempo junto com representantes dos sindicatos e do Comando Nacional dos Petroleiros.

AÇÕES

3ª FEIRA — 19/03

Visita aos deputados, senadores e líderes dos diversos partidos na Câmara e no Senado, explicando o impasse nas negociações entre os petroleiros e a Petrobrás, solicitando a intermediação do Congresso.

10:30H — Reunião da AEPET com membros do Comando Nacional dos Petroleiros para acertar as bases do entendimento com os congressistas.

12H — Reunião no gabinete da Presidência da Câmara com o deputado Waldir Pires (PDT-BA).

13H — Reunião na biblioteca da Câmara com os líderes da Câmara do PDT — Vivaldo Barbosa, PSB — José Carlos Sabóia, PCB — Sérgio Arouca e PCdoB — Haroldo Lima.

14H — Reunião com o líder do PRN no Senado, senador Ney Maranhão, no Gabinete do senador Eduardo Suplicy.

15H — Visita ao plenário do Senado, onde o senador Eduardo Suplicy fez um pequeno discurso sobre a greve da Petrobrás.

18H — Reunião na sala do presidente do Congresso Nacional — senador Mauro Benevides (PMDB-CE) com cerca de 30 deputados e senadores, destacando-se os senadores Eduardo Suplicy, Mario Covas, e os deputados Waldir Pires (PDT-BA), Jamil Haddad, (PSB-RJ), Jacques Wagner (PT-BA), Sérgio Arouca (PCB-RJ), Genebaldo Correia (PMDB-BA), José Carlos Sabóia (PSB-MA), Beraldo Boaventura (PDT-BA), etc.

21:30 ÀS 22:30Hh — Reunião no Ministério da Infra-estrutura com o ex-ministro Ozires Silva. Participantes — senador Eduardo Suplicy, deputado Jacques Wagner e deputado Paulo Rocha (PT-Pará). O ministro não quis receber os representantes dos empregados.

4ª FEIRA — 20/03

O ministro Passarinho recebeu a comissão de parlamentares do Congresso (12 parlamentares; Waldir Pires, Eduardo Suplicy, Jacques Wagner, Ariosto Holanda, Genebaldo Correia).

Após o encontro, a comissão foi chamada ao gabinete do ex-ministro Ozires Silva, para nova reunião.

Procurou-se discutir a necessidade de uma negociação onde não houvesse vencidos nem vencedores, e fosse preservado o abastecimento de derivados atendendo porém às questões dos empregados da Petrobrás.

Em todas as reuniões com ex-ministro Ozires Silva, ele colocou sempre com intransigência a necessidade da volta ao trabalho como condição para a reabertura das negociações.

Comprometeu-se porém a negociar com os sindicatos "ato contínuo" ao retorno, quer em Brasília, quer no Rio.

Permanecendo o impasse da ameaça de demissões após o prazo das 24 horas da 4ª feira, procurou-se diversos contatos ainda à noite, no sentido do adiamento do prazo para que se permitisse as assembleias deliberarem sobre os rumos do movimento.

Afinal, quem é o chantagista?

Este artigo foi mandado para o JB. O Jornal não o publicou informando não desejar manter a polémica. Foi enviado, a seguir, para Carta dos Leitores. Aguardamos publicação.

O senhor Roberto Procópio Lima Netto, em artigo publicado no Jornal do Brasil de 12 do corrente, com o título "PETROLEIRO OU CHANTAGISTA?" procura, de um lado, provocar os trabalhadores da PETROBRAS e, de outro, somar-se a poderosos grupos econômicos e políticos, interessados em acabar com o monopólio estatal do petróleo.

Não obstante aludir à contribuição da PETROBRAS no desenvolvimento do Brasil passa, em seguida, a negar a influência do monopólio no excelente desempenho da Empresa.

A PETROBRAS é hoje consagrada internacionalmente, como uma das Companhias mais eficientes do setor. E o que não se pode negar é que a sua performance decorre, em grande parte, da circunstância de ser a executora de um monopólio estatal.

Quanto à sugestão do articulista de que "a questão do monopólio tem que ser debatida já", não é possível que ele ignore ser este um debate de mais de quarenta anos. Debate o mais amplo e democrático do qual resultou a convicção nacional de que para a exploração do petróleo em nosso país se impunha indiscutivelmente o monopólio do Estado. Tanto é assim que essa orientação foi consagrada na Lei 2004/53, na Constituição de 1967, na Emenda Constitucional número 1 de 1969 e na atual Constituição Brasileira de 1988, por 441 votos a favor, 7 contra e 6 abstenções.

Por outro lado, não há mal nenhum ser a PETROBRAS uma empresa estatal. Tanto é

assim que atualmente 7 entre as 10 maiores empresas de petróleo do mundo são estatais.

Um dado apenas pode comprovar a eficiência da PETROBRAS e os benefícios trazidos pelo monopólio nos últimos onze anos. A sociedade brasileira economizou mais de US\$ 58 bilhões — metade de nossa dívida externa — valor resultante da diferença entre os preços de realização recebidos pela PETROBRAS e os vigentes no mercado de Rotterdam. Outro dado relevante é o fato da PETROBRAS ter descoberto petróleo onde os contratos de risco nada encontraram.

O restante do artigo do senhor Lima Netto procura indispor a opinião pública contra os trabalhadores da PETROBRAS, de tal forma que classifica de "chantagistas" cidadãos que se encontram no exercício legítimo de uma greve, que é um direito constitucional e consagrado universalmente. Isto não impede que estes trabalhadores tenham consciência de sua responsabilidade, não permitindo que o País seja desabastecido, conforme prevê a Lei 7783 (Lei de Greve).

Durante trinta e sete anos foram estes petroleiros — insultados pelo senhor Lima Netto — que construíram a maior empresa do Brasil, uma das maiores do mundo. Neste período, não obstante uma sucessão de crises, internas e externas, o suicídio de um presidente, a renúncia e a deposição de outros dois, as guerras de Suez, dos Seis Dias, do Yom Kippur, Irã-Iraque e o recente conflito no Golfo Pérsico, os petroleiros jamais deixaram o país sem abastecimento.

Este foi o objetivo maior de todos aqueles que lutaram pela criação da PETROBRAS, conforme nos ensinam Barbosa Lima Sobrinho e Euzébio Rocha. Os inimigos do monopólio sempre esperaram o desabastecimento para reforçar seus falsos argumentos contra esta con-

quista da Nação. O monopólio privado do Pró-Alcool, que já deixou a população sem combustível, não nos servirá de exemplo.

Quanto à necessidade de demissões de petroleiros queremos dizer que, no período 1980/89, o número de empregados cresceu apenas 24%, enquanto as reservas de óleo cresceram 109%, as de gás 121%, a produção de óleo 228% e a de gás 177%.

Nada temos contra as empresas privadas. Aliás, a PETROBRAS tem 2000 fornecedores de materiais e equipamentos e 5000 prestadores de serviços, gerando 3 milhões de empregos indiretos e comprando 93% em território nacional. As multinacionais não fariam isto.

Mas, o que não é possível aceitar como correto é ter atividades afetas à tecnologia de petróleo sendo entregues a trabalhadores destreinados e explorados por empresas, gigolôs de mão-de-obra, comprometendo a segurança, a tecnologia e a produtividade da Companhia.

Quanto aos níveis salariais, basta comparar os salários da PETROBRAS com os de empresas privadas de porte similar.

De tudo, verifica-se que o senhor Roberto Lima Netto, ao propor escancarada e impatrioticamente a extinção do monopólio estatal do petróleo e a privatização da PETROBRAS, posiciona-se contra os verdadeiros interesses do país.

Por fim, temos ouvido de autoridades governamentais que as empresas estatais, se quiserem ter seus produtos remunerados adequadamente, devem se livrar do Estado e privatizarem-se. Resta saber quem é o chantagista.

Diretoria da Associação dos Engenheiros da Petrobrás AEPET

Privatista ou prestidigitador?

Luiz Salomão *

É digna de louvor a oportunidade que o JORNAL DO BRASIL oferece, ao abrir espaço para o debate de temas importantes como o monopólio do petróleo, greve em serviços essenciais e funcionamento das estatais. No momento de busca do entendimento político, a sociedade precisa conhecer as diferentes visões dos problemas para posicionar-se conscientemente em relação às soluções alternativas.

Os leitores do JB têm, porém, o direito de exigir que a discussão entre os polemistas seja travada com honestidade de propósitos e abertura intelectual. Creio ter o presidente da CSN desatendido a tais pressupostos em sua carta aberta "Ao Deputado Monopolista", publicada nesta prestigiosa página, em 18/03/91.

Com ironia rombuda, o Dr. Lima Neto atribuiu à minha ingenuidade "a defesa que o deputado faz do monopólio". Ingênuos não chegam ao Congresso Nacional! Este é um velho adágio político que o dirigente da grande siderúrgica certamente conheceu, apesar de seu evidente preconceito contra os que fazem da política sua atividade principal.

Dispensar, portanto, a indulgência pseudogenerosa do seu artigo. Até porque defendendo o monopólio estatal do petróleo por convicção e não por conveniência eleitoral. Foi este intuito o responsável pelo salto da produção diária de petróleo de 183.000

barris/dia, em 1980, para 650.000 barris/dia, em 1990, período em que a Petrobrás investiu, em média, US\$ 2.590 bilhões/ano.

Graças a ele, o Brasil pôde negociar em pé de igualdade com o monopólio petrolífero, representado pelas multinacionais e estatais dos países fornecedores, garantindo a importação complementar essencial ao nosso suprimento. O monopólio também permitiu à Petrobrás resistir a todas as aventuras praticadas pelas autoridades econômicas em matéria de subsídios para o álcool carburante, a nafta petroquímica e os produtos derivados.

Finalmente, será com base nele que atingiremos a auto-suficiência em petróleo em 5/7 anos, caso sejam feitos os investimentos indispensáveis, pois os contratos de risco em nada contribuíram, durante 13 anos, para nos levar à autonomia energética.

Ingênuos não chegam ao Congresso e, eu poderia acrescentar, também não alcançam a presidência de estatais importantes nem de grupos econômicos afortunados. Assim, não cabe clemência com os prestidigitadores de argumentos do coroado Dr. Lima Neto.

A primeira diz respeito ao adicional de periculosidade de 30% pago a funcionários trabalhando em condições de segurança e conforto, no suco do prédio da Av. Chile. De acordo com o virulento artigo, "só mesmo um gordo monopólio, pelo qual pa-

mentar tamanho absurdo".

Concordo integralmente com o caráter absurdo da situação, profundamente injusta com aqueles expostos a riscos de explosões, incêndio e intoxicação nas plataformas, nos terminais, nas refinarias. Porém, se, em vez de adotar uma explicação fácil, o acusador do monopólio se desse ao trabalho de pesquisar o assunto, verificaria ser sua origem a pusilanímia de vários governos, sem coragem de adotar uma política salarial consistente com o mercado de trabalho.

Assim, desde Mangabeira na presidência da Petrobrás, em 1962, até Ozires, em 1987, o adicional vem sendo pago como salário disfarçado a todos os funcionários que entraram na empresa até 27.8.88, independentemente de suas condições de trabalho. As tentativas de retirada deste falso benefício terminaram em dissídios cujos acordos coletivos foram homologados pela Justiça do Trabalho.

Em consequência, devemos ressaltar o absurdo da falta de um verdadeiro adicional de periculosidade na Petrobrás, para quem merece, da mesma forma que nos curvamos à decisão do TST, pela abusividade da greve.

O monopólio nada tem a ver com isto, nem com a greve. Imagine, Dr. Lima Neto, se, em vez da Petrobrás, tivéssemos aqui as seis irmãs do petróleo explorando a atividade e arrotando os salários dos petroleiros. Eles poderiam se organizar e, da mesma forma, parar terminais, refinarias, oleodutos, escritórios.